

Ata da Vigésima Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos treze de setembro de dois mil e onze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rubens das Virgens para proferir o seguinte texto: Salmo 101 (100): “Vou cantar o amor e a justiça. Para ti, Senhor, eu quero tocar. Vou andar na integridade: quando virás a mim? Andarei de coração íntegro dentro da minha casa. Não colocarei uma coisa infame diante dos meus olhos. Eu odeio quem pratica o mal; esse nunca se juntará a mim. Longe de mim o coração pervertido. Eu ignoro o perverso. Quem difama seu próximo em segredo, eu o farei calar. Olhar altivo e coração orgulhoso, eu não suportarei. Meus olhos estão nos leais da terra, para que habitem comigo. Quem anda no caminho dos íntegros, este será o meu ministro. Em minha casa não habitará quem pratica fraudes. E quem fala mentiras não permanecerá diante dos meus olhos. A cada manhã eu farei calar todos os injustos da terra, para extirpar da cidade de Deus todos os malfeitores.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelos presentes no Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, do Projeto, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos,

lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício DER nº 042/2011, solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 009/2011, que substitui o Anexo I da Lei Complementar nº 169/2010, que versa sobre o quadro geral dos empregos em comissão da Prefeitura, encaminhado através do Ofício DER nº 031/2011, depois de lido, foi o referido projeto retirado de tramitação e devidamente arquivado; 2. Ofício DER nº 043/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a incorporação e a extinção de abono ao salário e/ou vencimento mensal do servidor público, e dá outras providências, depois de lido, foi o referido projeto encaminhado para as Comissões Permanentes, para parecer; 3. Ofício SEGOV nº 0572/2011, dando resposta ao Requerimento nº 092/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri referente à informações sobre quando será colocado areia no Parque Infantil da EMEI “Prof. Oscar de Almeida” bem como quando serão fechados os vãos do corrimão da rampa de acesso ao portão da mesma escola. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposições dos Senhores Vereadores: Projeto de Lei da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre a incorporação e a extinção de abono ao salário e ou vencimento mensal do servidor público da Câmara Municipal e dá outras providências. Requerimentos: 1. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda. criação de um horário de ônibus às 5h15 da manhã para melhor atender aos moradores dos bairros Florianópolis e Jardim Pinheiros; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à Telefônica do Brasil S/A estender os serviços da rede de telefonia para o bairro Nova Jaguariúna III; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre existência de projeto na municipalidade para mudança do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de C.L.T. para Estatutário, entre outras questões. Indicações: 1. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal feitura de um acesso em frente ao número 250, na Avenida Alexandre Marion, no Jardim Dona Luiza; 2. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal substituição das lixeiras (containers verdes) para lixeiras de cimento, defronte à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, localizada na rua Mato Grosso, nº 141, no bairro Dom Bosco; 3. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal limpeza das vias públicas, dos terrenos e retirada de entulhos nos bairros Sylvio Rinaldi I e II e Jardim Europa; 4. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal aumento no

policciamento na Vila Miguel Martini, principalmente, a partir das 19h00. 5. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal orientar os funcionários que ao recolherem os lixos das lixeiras verdes, recolhem as mesmas nos devidos lugares; 6. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal sinalização de “Rua Sem Saída”, na rua Manoel Caiado, no bairro de Guedes; 7. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal tapar o buraco (valeta) existente na rua Francisco Dal’Bó, em frente da Estação Ferroviária no bairro de Guedes; Moções: 1. Do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Francisco Roberto, acontecido em 31 de julho de 2011, aos 87 anos de idade, nesta cidade; 2. Dos Srs. Rainero Venturini e Airton Braulino Jorge de pesar pelo passamento da Jovem Pollyana Araújo, ocorrido em 04 de setembro, aos 18 anos de idade, nesta cidade; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor a todos os Médicos Veterinários, pelo seu dia comemorado em 9 de setembro, em especial a todos os que exercem tão nobre profissão em Jaguariúna. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 000510/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 133,76; 2. Comunicado nº 001750/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 222.077,71; 3. Comunicado nº 003422/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 10.448,03; 4. Convite das Secretarias de Estado da Cultura e da Justiça e da Defesa da Cidadania, para os 80 Anos da Frente Negra Brasileira, dia 15 de setembro de 2011, às 18h, na Casa de Portugal, Bairro Liberdade em São Paulo; 5. Convite da Casa da Memória Padre Gomes para a IV Exposição – A transformação da Paisagem Urbana de Jaguariúna, dia 14 e setembro de 2011, às 19h00. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Rubens das Virgens solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda. criação de um horário de ônibus às 5h15 da manhã para melhor atender aos moradores dos bairros Florianópolis e Jardim Pinheiros, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à Telefônica do Brasil S/A estender os serviços da rede de telefonia para o bairro Nova Jaguariúna III, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre

existência de projeto na municipalidade para mudança do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de C.L.T. para Estatutário, entre outras questões, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Moção do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Francisco Roberto, acontecido em 31 de julho de 2011, aos 87 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 5. Moção dos Srs. Rainero Venturini e Airton Braulino Jorge de pesar pelo passamento da Jovem Pollyana Araújo, ocorrido em 04 de setembro, aos 18 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 6. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor a todos os Médicos Veterinários, pelo seu dia comemorado em 9 de setembro, em especial a todos os que exercem tão nobre profissão em Jaguariúna, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por oito minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá, que a passou; tomou a palavra o senhor Fábio Augusto Pina, que cumprimentou a todos e disse que queria começar a sua fala falando a respeito de um tablóide que tinha sido veiculado no sábado anterior, era um tipo de um jornal que tinha sido veiculado e que tinham algumas coisas lá que ele não compactuava, não tinha assinatura, e não era porque não havia citado o nome dele, mas tinha citado nomes de dois colegas da Casa, e ele queria ser solidário ao senhor Airton, ao Edison, que poderiam contar com o apoio dele, porque eram situações que eles não poderiam permitir, e também ele disse a respeito do Amorim que havia sido citado lá, ele disse que era uma satisfação ser amigo dele, e ele sabia da competência do trabalho dele, e que dentro da Casa de Leis, ele sabia que o senhor Amorim havia ajudado muita gente, e ele era testemunha viva daquilo, e que ele tinha vivenciado tanto na Presidência da Câmara, em dois anos, quanto fora dela também; e a respeito da filha dele que trabalhava no hospital da nossa cidade, disse que tinha conversado com muita gente, porque ele acabava conversando com bastante gente no decorrer das suas atividades e ele escutava muitas reclamações do Hospital Municipal, da Secretaria da Saúde, da falta de remédios, mas sempre tinha, ele sempre escutava muito, vários elogios com relação àquela pessoa, ela se chamava Veridiana e levava um calor humano para muitas crianças, que não tinham o pai, que a mãe não poderia permanecer no hospital, ela levava um carinho, uma dignidade, e nas horas vagas que ela não estava fazendo aquele trabalho, ela estava atendendo, correndo atrás de tudo, sempre disposta a ajudar todo mundo; então eram

aquelas injustiças que ele queria relatar lá, que ele não concordava e, mais uma questão, era que ele queria dizer a respeito das contas de dois mil e sete do senhor Prefeito anterior, o senhor Tarcisio, que tinham na casa prazos para serem votados e eles tinham que respeitar; ele sabia que tinham diversos entendimentos adversos dos seus e ele respeitava, e ele como presidente da Comissão de Orçamento, tendo sido citado no jornal, tendo sido citado no Gazeta, ele queria dizer que, realmente, as contas deram entrada no início de maio na Casa, e que, posteriormente, ele havia apresentado um requerimento de número setenta e oito, dois mil e onze, o qual foi aprovado pela Casa de Leis, e depois publicado dia onze de junho, então, o prazo daquele requerimento começaria a contar no dia treze de junho, muito bem, e do dia treze ao dia trinta, eram treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, vinte, vinte e um, vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis, vinte e sete, vinte e oito, vinte e nove, trinta dias, dezessete dias, perfeito; só que o Regimento Interno da Casa, em dois artigos, poderia até citar se quisessem, previa que o mês de julho, quando entrava em Recesso Parlamentar, suspendia os prazos, então, não poderiam continuar contando o mês de julho, começaria a contar no mês de agosto que eram trinta e um dias, aí passando sessenta dias do requerimento que ficava à disposição as contas, passavam a ter trinta dias para fazer o parecer, ao qual ele como Presidente tinha a incumbência de nomear um relator, para fazer um relatório, para depois fazer o Parecer; posterior àquele parecer que tinham até o dia doze de outubro, eles poderiam, aí ele tinha de abrir defesa ao antigo Prefeito, se não houvesse nenhum questionamento a mais, então, tinham de tomar muito cuidado com que eles liam, com o que eles ouviam e às vezes tomarem algumas decisões precipitadas com relação àquilo, pois era uma vida que estava em jogo, não só uma vida, mas era uma decisão política, na verdade, porque rejeitadas as contas tinha de decidir no Judiciário, quem ia ser o candidato a prefeito ou não, então eles tinham de tomar muito cuidado, muita cutela, e ele, por exemplo, disse que tinha dúvidas, ele ainda não estava preparado para exarar parecer e queria conversar com os colegas dele, e se ele tivesse dúvidas e até necessidade de pedir um perito contábil, ele iria pedir, porque ele não tinha pressa de votar, ele tinha a certeza de que quando ele votasse, e quando ele desse o seu parecer, ele teria a convicção de que ele estaria fazendo a coisa certa; era aquilo que ele queria dizer e agradecer a presença de todos na Casa, porque era sempre muito bom ver a Casa cheia; a seguir, tomou a palavra a senhora Karina Valéria Rodrigues que depois de cumprimentar a todos disse que queria lá, publicamente, como Presidente da Comissão de Justiça, avalizar as palavras do

senhor Fábio, ser avalista das colocações dele e, ao mesmo tempo, ter a sua solidariedade com dois Vereadores da Casa, o doutor Airton e o Edison, porque talvez naquela Casa, ninguém sofresse tanta perseguição de imprensa marrom, que assim poderia chamar, como ela sofria, mas ao mesmo tempo relatar que ninguém atirava em cachorro morto, então, realmente, até queria agradecer publicamente a solidariedade que ela teve dos seus colegas, quando algumas semanas atrás ela tinha sido vítima e sua entidade tinha sido vítima, por parte da imprensa marrom do país, mas o seu trabalho continuava, eram vinte mil criança no Estado, vinte e cinco Municípios, há dez anos, então, ninguém se preocupava dentro de um entidade com a imprensa marrom, porque ela sabia o que a entidade dela fazia, como ela tinha a certeza da idoneidade do doutor Airton e do Edison, como, também, ela era solidária a uma pessoa que ela tinha aprendido a respeitar naquela Casa, que era o Amorim, e ela não achava justo desrespeitar a filha dele, pois questões políticas eram coisas e questões partidária, de baixo calão, eram outras, como também se solidarizava com o pai do Prefeito, que era um senhor de oitenta anos e ela não achava que estava em juízo discutir o que uma pessoa de oitenta anos poderia ou não fazer; achava que, antes de tudo, tinham de ter respeito pelas pessoas, mas concordando com o nobre Vereador Fábio, ela achava que a cidade estava cometendo um dos maiores erros que cometeram nos últimos anos, que era adiantar as eleições, achando que já estavam em dois mil e doze, junho, julho, agosto, discutindo no palanque, e achava aquilo muito complicado, como ela também achava que alguns pré candidatos a vereadores, pré candidatos, porque no fundo não existiam candidatos, estavam sendo elevados a nível de autoridade, porque no dia anterior, no aniversário da Cidade, ela estava presente, não tinha sido convocada para subir no palco e futuros candidatos de um partido foram convidados e estavam lá e a campanha ainda não tinha começado, porque se era para começar a campanha iria fazer panfletos e ia para a rua, porque ela exigia na Casa, que respeitassem as autoridades e não podiam com a população do Município, esquecer das necessidades que o Município enfrentava e partir para o egocentrismo de fazer uma campanha política, independente das questões partidárias que tinham e concordava com o Fábio, eles estavam julgando as contas de um dos principais e melhores prefeitos que a Cidade já tinha tido, e num país onde o passado não se respeitava, eles tinham de ter respeito pela Cidade e pelo que o Tarcisio, o Laércio e o pai do Mauricio fizeram, se a Cidade, atualmente, era o que era, tinha sido porque tinha tido gente muito peituda para trazer a AMBEV, a Motorola, quase cem por cento do tratamento do esgoto, então, tinham de ter o seguinte questionamento: qual era o problema

de votarem as contas, se era uma questão política, uma questão contábil, porque se ela percebesse quem existia um roubo na Prefeitura, ela seria a primeira a votar contra, mas se fosse apenas um erro administrativo e não teve culpa, a questão era diferente, e o que eles não poderiam fazer daquilo era uma luta política, tinha de ser prazos legais, e ela, o senhor Fábio Pina, como Presidente da Comissão de Justiça, ia exigir que se respeitassem os prazos, então, eles não tinham o direito de parar a cidade e começar a discutir campanha, eles tinham muitos pepinos pela frente, eles tinham o orçamento, tinham que renovar o contrato da empresa de ônibus, tinham de melhorar o Hospital, e não poderiam, naquele momento, já começarem uma campanha eleitoral; disse que existiam contas, mesmo naquele momento e uma assessora de imprensa estando na Casa, o Brasil não tinha naquele momento, uma lei que regulamentasse a imprensa, no mínimo, o jornal que havia publicado as acusações, ou as possíveis acusações contra o Presidente da Câmara, deveria escutar o outro lado, escutar os Vereadores, era o principal direito da imprensa, e a ela, não tinham entrevistado, e não sabia dos outros; ela achava que eles tinham de entender, independente da ideologia política de cada um, do outro lado, tinha gente envolvida naquilo, e quisessem ou não, tinham nas mãos deles, o futuro do nosso Município, porque eles não eram políticos, eles estavam políticos e a política passava e a dignidade do ser humano ficava; disse que era fato que a lei estava lá para ser discutida, ninguém naquela Casa ia atropelar e achava que o Presidente estava sendo feliz na condução daquele momento em não atropelar os fatos, e pressão para ela quem fazia era a panela, panela de pressão, não iam atropelar momentos para terem aquela votação, era um decisão importante, a Cidade dependia daquilo, mas não iam adiantar o ano eleitoral, pois tinham muitas coisas que a Cidade precisava, tinham de trabalhar muito na cidade, melhorar os ônibus, os buracos, a tarifa social de água, ver a Faculdade, enfim, não iriam ser egocêntricos de começarem a pensar em campanha política e fazer aquilo com a população, porque campanha era no outro ano, junho, julho, agosto, agora o dever deles e de todas as pessoas que tinham sido eleitas pelo povo e que recebiam pela Prefeitura, era trabalhar em prol da população; disse que não ia aceitar e não ia permitir que partissem para um egocentrismo político que pudesse prejudicar, e muito, o futuro da Cidade; em seguida, tomariam a palavra os senhores Maria Nalva Vieria Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens, que a passaram; tomou a palavra o senhor Airton Brulino Jorge que cumprimentou a todos e disse que queria começar a sua fala exaltando as festividades de aniversário que ocorreram em Jaguariúna no final de semana anterior, e que ele e outros Vereadores tiveram a oportunidade de

acompanhar umas inaugurações, eventos, competições esportivas, mas uma o chamou muito a atenção, que tinha sido a inauguração da creche da Roseira de Cima, e lá ele tinha tomado conhecimento, porque todos sabiam que existiam pedidos de creches há muitos anos, de como era até aquele momento, que as crianças que moravam na Roseira de Cima elas só tinham a creche da Roseira de Baixo, e os pais, antes de saírem para trabalhar, eles tinham de ir até a Roseira de Baixo levar seus filhos na creche de lá, e depois na volta do serviço pegar as crianças e irem pela estrada, então muita coisa tinham chamado a sua atenção, mas, principalmente, aquela situação, ele viu a satisfação do pessoal da Roseira de Cima, com relação ao ônibus que ia para a Roseira de Cima, ele entrava no Cruzeiro do Sul, na Roseira de Cima, de Baixo, eles iam de uma Roseira para outra em quarenta minutos, e atualmente eles levavam dez minutos, então, existia muito por ser feito, pelo Hospital, pela Segurança, mas não era que eles não estavam fazendo, era impossível, como por exemplo no dia anterior, na inauguração das piscinas, tinha sido outro evento, e uma pessoa havia perguntado se ia cobrir só a do Nassif, se não ia cobrir a do Florianópolis, e ele disse que tinha de ser uma coisa por vez, e aproveitou para enaltecer o trabalho que a nobre Vereadora Karina tinha feito junto com o Secretário Baiano, junto com o Ministro dos Esportes, que conseguiram trazer aquelas duas piscinas, e naquele momento eles estavam na expectativa de que viessem outras para o Florianópolis, também, porque os velinhos não viam a hora de entrar nas piscinas, eles estavam ansiosos por aquilo, então, ele queria relatar que aquilo também tinha sido uma coisa muito boa; entre outras coisas, queria agradecer as palavras do Vereador Fábio Pina, as palavras da Karina por se solidarizar com ele, mas disse que ele já estava acostumado a apanhar de jornal, e aquilo para ele, o ombro já estava calejado, e compactuava, realmente, que não se poderia misturar o político com o pessoal, porque uma das acusações que o tablóide tinha feito foi de que ele estava sendo processado por atestados falsos, então, aquilo tinha sido uma questão que tinha envolvido o seu lado pessoal, mais do que isso, tinha envolvido os seus pacientes, ele sabia que tinha quem gostava da atuação política do doutor Airton e tinha quem não gostava da atuação política do doutor Airton, e ele respeitava isso, os dois lados, mas que não envolvessem os pacientes dele, eles não tinham nada a ver com doutor Airton político, um era o doutor Airton político, outro era um douto Airton médico, e tinha sido envolvido, inclusive insistiam naquela história, e inclusive os pacientes se solidarizavam com ele, e ele dizia ao paciente que não tinha problemas, que ele só falasse para as pessoas, ele mostrou as chaves do seu carro e o documento, e que a primeira pessoa que trouxesse um atestado falso

dele, ele entregaria as chaves do seu carro e o documento, então aquilo ele também achava, não se misturava, familiar, pessoal, político; disse que também concordava que estava se começando uma campanha política muito cedo, eles tiveram uma reunião do seu partido, naquela Câmara, do PSB, inclusive ele via naquela noite algumas pessoas do seu partido, o Vice Presidente, o senhor Nelson, e todo mundo perguntava quem iria ser o prefeito, quem seria o candidato, e ele falava que aquele não era o momento, porque o momento era de fortalecer o quadro de vereadores, aquele era o momento, e se o PSB ia apoiar a candidatura de alguém, se o PSB ia indicar alguém ou se o PSB ia lançar candidato próprio, ele não sabia, e se fosse candidato próprio, ele também não sabia quem era, também ia saber dentro do quadro dos vereadores e dos filiados dos partidos, e aquele era o momento dos partidos se fortalecerem com um bom quadro de candidatos, mas discutir quem seria o prefeito, o vice, o vereador, aquilo era pura especulação, não tinha fundo nenhum de verdade, era um absurdo, se estava olhando o último degrau da escada e não estava olhando o primeiro, e daí tropeçava e caía, porque mirava o último degrau e esquecia o primeiro passo que tinha de dar, e ele concordava com eles; disse que tinha entrado naquele dia com um parecer, não tinha sido protocolado naquela data, ele tinha emitido um parecer dele, mas estava a disposição da comissão, e se tivesse que discutir, iam discutir, até porque eles não tinham se reunido, então, ele apresentou um parecer em apartado, mas não estava protocolado, tinha conversado com o Presidente e iam rever aquilo, e assumir o que tivessem de assumir, o que não poderia eram as pessoas acharem também que a Câmara iria ficar protelando, porque poderiam pensar que estavam e aquele era o lado ruim que comprometia a imagem deles, até porque aquela decisão não caberia a prefeito, delegado, padre, secretário; porque aquela decisão cabia aos Vereadores, e a eles cabia votar, então tinha sido sugestão até dele, que se apresentassem dois pareceres, um favorável e um contrário, para que todos ficassem bem à vontade para poder votar, e só para concluir disse que, com respeito à Veridiana, ela era contratada no hospital como recreacionista e como já tinha sido dito lá, ela fazia um trabalho muito humano com as crianças que estavam internadas lá, que estavam sofrendo junto às famílias, mas a Veridiana, como se dizia no popular, ela era “pau para toda obra”, ele já tinha cansado de ver a Veridiana trabalhando no arquivo, buscando fichas, porque tinha outro paciente esperando, ela estava na recepção, ela estava atendendo às pessoas, enfim, que as pessoas não se incomodassem com aquilo não, a sua visão era diferente, e ele se solidarizava também com a Karina, porque o que a aquela revista tinha trazido, as três acusações, ele não tinha visto nada de diferente,

então, era fácil jogar no ar as palavras, o difícil era provar aquilo que se estava falando e a partir do momento que provasse daí tomava as providências cabíveis, era o que ele tinha dizer; a seguir, tomou a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, que depois de cumprimentar a todos disse que gostaria de compactuar com os nobres colegas que tinham sido divulgados naquele jornal, jornal não, naquela folha que tinha sido jogada, ele não concordava; disse que quem realmente acusava, tinha de mostrar a cara, e pelo menos escrever de uma certa forma afirmando; a filha do Amorim, também, que trabalhava no Hospital, fazia um belo trabalho, tinham questionado várias vezes lá e o fato era que pessoas que eram relacionadas a membros de pessoas que trabalhavam junto à Administração eram alvos de críticas mesmo, mas cabia às pessoas que estavam à frente de tudo, assumirem que aquelas pessoas eram vitais ao trabalho que elas desempenhavam; ele sabia que aquelas pessoas que estavam lá eram, mas, infelizmente, na política aquilo acontecia mesmo, e as críticas tinham de vir de uma forma honesta e dando a cara para bater, ou seja, falando e não anonimamente; então, deixou registrado a solidariedade dele para eles; citou um fato lembrado pela Karina que no atual ano era um ano, que depois de vários anos, quinze anos, o contrato com a empresa que prestava serviço de transporte urbano no Município se encerrava em dois mil e onze, e até aquele momento não tinha tido nenhuma audiência, nenhuma discussão a respeito disso, ou seja, e pelo que ele tinha entendido o problema dos quinze anos era tão e único, exclusivamente a tarifa de um real, e não estava bom, porque precisavam de um transporte mais digno para a população, mais ônibus, e os mesmos ônibus que tinham há quinze anos atrás, eram os mesmos que estavam fazendo os trabalhos para a população; disse que aquele fato tinha de ser discutido pela sociedade, e se perdesse o prazo, amanhã ou depois, o Executivo tinha toda autonomia para renovar o contrato, daí não cabia a eles e nem mesmo à população que vinha à Casa, durante anos, reclamar da empresa, no momento que não era oportuno; então, o momento oportuno era naquela hora, ele achava que aquela discussão tinha de ser provocada para que, realmente, todos tivessem um transporte digno, dentro daquilo que a cidade de Jaguariúna merecia, ou seja, num preço acessível, subsidiado, não era um real a passagem, não, era mais do que isso, o Município pagava, mas, atualmente, tinham visto um número muito crescente de usuários e aquilo queria dizer que as condições para o usuário estavam ficando ruim, porque eram poucos ônibus, grandes lotações e quem estava lucrando muito com isso era a empresa, ou seja, tinham de ter um parceiro que fizesse um transporte digno para a população, e o momento era aquele; então ele clamava a Casa que fizesse debates, chamasse a

Empresa, as Associações de Bairros e se discutissem aquilo que fosse melhor para Jaguariúna; disse, também, que ele não poderia deixar de falar naquele momento, a respeito das contas do ano de dois mil e sete, a começar pela imprensa que de uma forma equivocada, mais uma vez, tinha feito uma matéria, ao seu ver, sem o mínimo conhecimento da questão, acusaram o Presidente da Casa, que se ele não colocasse para votar, de improbidade administrativa, e quem votava improbidade administrativa eram os Vereadores e ele tinha a certeza de que ninguém lá iria provocar uma improbidade administrativa ao Presidente da Casa, por não ter colocado as contas para votar; então, que eles tinham muito ainda para discutir sobre aquelas contas, tinham prazos que tinham de discutir e ele no momento, o Fabinho, o nobre colega, lembrava daquilo que ele tinha sido contrário em colocar os sessenta dias para a população, ele lembrava daquilo, tinham ampliado os prazos, ele achava que os prazos existiam, estavam no prazo, ainda, para poder discutir aquelas contas, tinha sido provocado um novo requerimento para discutir os prazos e ele achava que tinha mais um prazo, ainda, que tinham de discutir depois, e em nenhum momento tinham feito uma reunião para discutirem aquilo, e ele ia falar mais uma coisa, que aquela questão das contas, realmente, estavam fazendo daquilo uma antecipação das eleições políticas, e que ele falava isso porque as contas se quisessem ainda, elas tinham a decisão por parte do Tribunal de Contas e existiam recursos e recursos que estavam provocados junto ao Tribunal que, de uma forma estranha e ao seu ver o que nunca tinha acontecido, tinha sido desembrenhado do processo que estava no Tribunal, o processo para a Câmara de Jaguariúna e lá continuava o processo e nada tinha sido julgado ainda e, simplesmente, estavam querendo atribuir para Jaguariúna uma decisão rápida para que salvasse, guardasse eles lá de uma outra decisão, então muito havia para ser e discutido, ainda, para que aquelas conta, realmente, fossem esclarecidas; lembrou que aquelas contas haviam chegado em maio do ano corrente até a Casa e que em junho o Tribunal de Contas tinha dado uma deliberação a respeito justamente do caso do FUNDEB, e que não tinha havido nada de equívoco, e que tinha havido a falta de uma aplicação do recurso no ano de dois mil e sete, que onde tinha sido feita a lei do FUNDEB, que tinha sido no ano de dois mil e sete, em junho de dois mil e sete e até o final do ano tinha de aplicar o recurso e não tinha aplicado o recurso durante os seis meses, e tinha aplicado nos últimos três meses, nos três primeiros meses de dois mil e oito tinha sido aplicado, então o recurso estava lá, tinha sido aplicado e tudo bem, e não tinha sido aplicado no ano, e existiam alguns entendimentos que a lei quando entrava no ano, ela só valia a partir de dois mil e oito, ou seja,

se a lei fosse de dois mil e sete, não tinha como retroagir num determinado recurso da educação, ou seja retirar de uma rubrica e colocar em uma outra rubrica; disse que era complicado aquilo, então o que tinha sido feito, tinha sido feito de acordo com a legislação da época e o Tribunal de Contas ele tinha editado uma deliberação que ele gostaria de ler aos nobres colegas, que era recente, e ele pediria até um pouquinho do prazo do seu tempo, dizendo o seguinte: “O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no uso das atribuições constitucionais e legais, e na conformidade do artigo cento e catorze, inciso dois, letra “c”, do Regimento Interno desta Corte, considerando o disposto no artigo duzentos e doze da Constituição Federal, que determina a aplicação, pelos Municípios, de no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”; falou que Jaguariúna tinha aplicado mais do que vinte e cinco por cento em dois mil e sete no Ensino; “Considerando o disposto no artigo vinte e um da Lei federal número onze mil quatrocentos e noventa e quatro, de dois mil e sete,” que era aquela lei que ele tinha falado, “que determina a aplicação dos recursos do FUNDEB no exercício financeiro em que lhes forem creditados, ressalvada a permissão para aplicação de até cinco por cento no primeiro trimestre do exercício seguinte”; disse que o Tribunal entendia que cinco por cento se não aplicasse cem por cento, cinco por cento poderia ser aplicado no outro ano, o Tribunal entendia isso, e Jaguariúna não tinha aplicado noventa e cinco por cento, tinha aplicado setenta e que os outros trinta tinha aplicado no outro ano e era aquilo que o Tribunal pegava, e continuou: “considerando tratar-se de recursos oriundos de fontes distintas, cujas despesas devam ser contabilizadas, em dotações orçamentárias específicas em atendimento ao artigo setenta e dois da Lei Federal; considerando que o posterior remanejamento de despesas efetivamente empenhadas em determinada dotação fere o princípio contábil da oportunidade”, e disse que era aquilo que o Município não quis fazer, nunca fizeram; “bem como o necessário planejamento orçamentário; considerando que o não atendimento aos limites legais importa em falha grave que repercute no exame das contas anuais”; disse que tinha sido aquilo que tinha acontecido com Jaguariúna, e continuou: “considerando, finalmente, recentes decisões deste Tribunal relativas à contas municipais do exercício dois mil e nove e pedidos de reexame do exercício de dois mil e oito”, naquele momento disse que eles nem entendiam que dois mil e oito seria uma conta em exame, porque a lei era de dois mil e sete e para eles só valeria a partir de dois mil e oito; “que excepcionalmente admitiram o remanejamento do valor excedente aplicado no ensino global para cômputo na insuficiente aplicação dos recursos do

FUNDEB, e com vistas a preservar a segurança jurídica, faz saber que, a partir das contas anuais de dois mil e onze, não mais será admitida qualquer forma de integralizar as aplicações do FUNDEB que não tenham guardado rigorosa observância às disposições do artigo vinte e um, parágrafo segundo, da Lei Federal numero onze mil quatrocentos e noventa e quatro, de dois mil e sete, ainda que excedido o piso do artigo duzentos e doze da Constituição Federal. Publique-se. São Paulo, vinte de julho de dois mil e onze. Claudio Ferraz de Alvarenga, Presidente”; continuou sua fala dizendo que posterior a tudo o que eles estavam conversando na Casa, o Tribunal apresentou aquilo que era algo que cabia a Casa ter o conhecimento e se pedisse algumas informações ao Tribunal, se fazia necessário, ou seja, os recursos tinham sido aplicados no Município e que Jaguariúna tinha aplicado muito mais naquele ano; a lei do FUNDEB tinha entrado em dois mil e sete, em junho de dois mil e sete, muitas pessoas, muitas prefeituras acabaram anulando dotações e colocando o valor aplicado no recurso do FUNDEB e Jaguariúna não tinha feito isso, não tinha aplicado no ano e tinha aplicado nos três meses subsequentes e era aquilo que estava dando toda aquela polêmica referente à conta e ele achava que tinha muito que ser discutido, era importante que fosse analisado de uma forma técnica e não de uma forma política, e dizer que mesmo de uma forma política, existiam várias outras ações que poderiam ser impetradas para poder garantir, pelo menos, a forma de qualquer candidato poder sair candidato; a seguir, tomou a palavra o senhor Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, que depois de cumprimentar a todos, disse que ele queria lá, também, compactuar como Presidente da Casa, se solidarizar em relação ao que estava acontecendo, que aquilo era um defeito da Cidade, não era daquele momento, era de mais de dez anos atrás, e ele tinha sentido na pele, dentro da sua casa, no ano de noventa e sete até o ano de dois mil, o qual quase destruíram o lar que ele morava junto com seus pais, por calúnia, difamação, etc. tudo em busca de um poder, e ele achava que as pessoas poderiam não compactuar politicamente uma com as outras, mas jamais faltar com respeito à integridade física e pessoal de cada família, e que em Jaguariúna, muitas vezes, se extrapolavam, muitas vezes eles saíam fora e eram taxados como sempre, ou seja, qualquer Câmara, a do próximo ano seria também, a de dois mil e dezesseis também, e sempre a Câmara que estava atual era a pior de todos os tempos e ele não aguentava mais ouvir falar aquilo, que a atual Câmara era a pior de todos os tempos, qualquer Câmara que tivesse ali, seria a pior de todos os tempos, e o que acontecia era isso, e, atualmente, estava muito fácil criticar, as rede sociais; disse que ele ficava enojado e que ele estava lá disposto, e que qualquer um deles lá estavam

dispostos a debater com qualquer cidadão, desde que se apresentasse, poderiam até perder debate político, mas que não se escondessem em fakes, em bonecos, em redes atuais, eram detalhes que não iriam levar a nada na cidade, ele achava que tinham de somar, estava na hora de somar, porque eles estavam lá toda hora, e eles eram isso e aquilo, o prefeito era isso e aquilo, o ex prefeito era isso e aquilo, o prefeito que tinha passado lá atrás era isso e aquilo, e ele achava que estava na hora de somar e que todo mundo queria dar contribuição para a Cidade, então, estava na hora de somar, tinham de contribuir de uma maneira sadia, todo mundo entrar em um partido, tinham de disputar as eleições, e se achassem que iriam corrigir o mundo, corrigir a cidade, tinham de dar a cara para bater, e disse que ele não temia pressão, muito pelo contrário, estava preparado e havia se preparado há mais de vinte anos para assumir e sentar no cargo que ele estava, e aquelas contas para ele, obviamente, ele iria saber, iria lidar com o dom que Deus tinha lhe dado, ele iria fazer a coisa certa, no momento certo, na hora certa e não iria desejar nada para ninguém; disse que como eles tinham falado lá, estava passando, estavam deixando de viver dentro da Casa, os ânimos estavam, às vezes, exaltados, estavam terminando, às vezes, com discussões entre eles por causa da apreensão daquelas contas e ele achava que a vida, o dia a dia de cada um estava seguindo, eles tinham outras coisas para fazer também, tinham outras coisas para melhorar na Cidade, como eles tinham falado, tudo dentro daquela Casa era taxado de uma maneira negativa e ele achava que estava na hora de verem as coisas boas também que eles faziam, eles não estavam lá só fazendo coisas ruins, tinham defeitos, todos eles tinham, tinham ciência daquilo, mas ele achava que cada um quando estava lá exercendo a sua função de Vereador, fazia o melhor e o impossível para se doar e para melhorar a Cidade; a seguir parabenizou a cidade de Jaguariúna que, no dia anterior, tinha feito cinquenta e sete anos e também enaltecer as quarenta vagas que foram criadas na creche do Nassif e ele pôde estar presente e viu a alegria das mães, dos pais, em poder estar acolhendo mais aqueles vagas, as crianças e, também, a inauguração das oitenta vagas na Roseira, um espaço muito bonito e que iria servir para acolher aquelas crianças que, também, precisavam locomover seus pais para cá e para lá pra terem aqueles benefícios, e também a inauguração das piscinas do Serra Dourada, ele enaltecia o trabalho da Vereadora Karina, pela sua dedicação, força junto ao Ministério dos Esportes, tinha sido concretizado, e ele tinha visto a alegria, viu aquele Parque Serra Dourada lá, todo mundo participando, contemplando que poderia, lá dentro daquele Parque, surgir novos atletas para a Cidade, e ele queria fechar de antemão, com seus pares Vereadores, que ele era solidário à eles e que eles

poderiam contar com ele, e enquanto ele estivesse na Casa, poderiam ter a certeza que eles jamais estariam sozinhos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Não havendo matéria para discussão, o Sr. Presidente determinou a leitura dos seguintes Editais de Convocação de Sessão Extraordinária: “Edital De Convocação nº 016/2011 - De Sessão Extraordinária. O Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 20ª (vigésima) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Primeira Discussão e Votação: Projeto de Lei Complementar nº 011/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a incorporação e a extinção de abono ao salário e/ou vencimento mensal do servidor público, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 014/2011, do Sr. Fábio Augusto Pina, que denomina o Centro de Educação Infantil do Bairro Roseira de Cima “CEI Profª Maria do Carmo Martins Rodrigues”; Projeto de Lei nº 025/2011, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a incorporação e a extinção de abono ao salário e ou vencimento mensal do servidor público da Câmara Municipal e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 20ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 13 de setembro de 2011 - Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri - Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” “Edital De Convocação Nº 017/2011 - de Sessão Extraordinária. O Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São

Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da Sessão Extraordinária que acontecerá ao término da 20ª (vigésima) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: Projeto de Lei Complementar nº 011/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a incorporação e a extinção de abono ao salário e/ou vencimento mensal do servidor público, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 014/2011, do Sr. Fábio Augusto Pina, que denomina o Centro de Educação Infantil do Bairro Roseira de Cima “CEI Profª Maria do Carmo Martins Rodrigues”; Projeto de Lei nº 025/2011, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a incorporação e a extinção de abono ao salário e ou vencimento mensal do servidor público da Câmara Municipal e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 20ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 13 de setembro de 2011- Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri – Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, mas não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte de setembro de dois mil e onze, terça-feira, com início determinado para às dezenove horas e trinta minutos, dando início, a seguir, às Sessões Extraordinárias, ora convocadas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

